

PARECER TÉCNICO
(Divergência de Crédito)

Objeto: Recuperação Judicial de INDÚSTRIA NACIONAL DE ASFALTOS S.A.
Processo nº 428622-83.2012.8.09.0064

Parecer nº: 30-2013

Credor postulante: ARGUMENTO ASSESSORIA E PROJETOS LTDA

Tipo: Divergência de crédito

1. Informações preliminares

A empresa recuperanda listou o credor postulante como credor da quantia de R\$ 9.085,00, na classe III (quirografia).

A 1ª relação de credores (art. 58, §1º, II da Lei 11.101/2005) foi publicada em 23/01/2013, no DJE-TJGO nº 1.229.

O credor postulante apresentou, tempestivamente, divergência perante este Administrador Judicial, alegando, em resumo, ser credor de quantia superior à declarada pela devedora.

Acostou ao seu pedido cópia do contrato firmado com a recuperanda, cópias de emails transmitidos aos colaboradores da recuperanda e ao representante do Banco Mercantil S/A, bem como acostou uma Nota Fiscal emitida contra a recuperanda na data de 16/5/2012, no valor de R\$ 10.000,00.

2. Fundamentação Técnica

O credor em comento pretende a retificação do seu crédito para o montante de R\$ 114.807,00, argumentando para tanto, com base no contrato firmado, o seguinte:

- 1) Valor dos honorários devidos $\Rightarrow 2,5\% \times R\$ 695.000,00 = R\$ 17.375,00$, honorários decorrentes do reperfilamento de dívidas firmado com o Banco Mercantil S/A (cláusula 2ª, item I, alínea c do contrato);
- 2) Valor dos honorários devidos $\Rightarrow (6,5\% - 2,232\%)/100 \times 48 \times 500.000,00 \times 10\% = R\$ 102.432,00$, honorários decorrentes da redução de juros da renegociação (Cláusula 2ª, alínea "e");

Pois bem. Ao examinar os argumentos e documentos apresentados pelo postulante, constata-se nos emails exibidos e na planilha apresentada que a dívida da recuperanda junto ao Banco Mercantil S/A foi renegociada para o valor de R\$ 695.000,00, pelo que se comprova que são devidos os honorários apurados no item "1" anterior (R\$ 17.375,00).

Contudo, quanto aos honorários apurados no item "2" (R\$ 102.432,00), não se comprova nos documentos que houve redução da taxa de juros anteriormente pactuada no contrato original. Nota-se ainda que no email enviado pelo representante do Banco Mercantil, o mesmo afirma que "...as solicitações de prazos e carência foram atendidas, **porém a taxa permanece CDI+1,50% a.m.**", condição que denota que a taxa permaneceu a mesma, não tendo havido redução. Em complemento, não se constata também que houve aceitação desta condição pela recuperanda, bem como não se constata que houve a emissão da Nota Fiscal do fornecedor com aceite da recuperanda, sendo este o fato concreto e incontestado para a inclusão deste crédito na relação de credores. Ou seja, os fatos alegados pelo postulante são absolutamente subjetivos, sendo que não há fato concreto que respalde o seu pedido permitindo apurar, de forma inequívoca, o valor do seu crédito.

Logo, quanto ao item "2", não há como deferir o pleito.

Destaca-se, então, que o valor do crédito do credor postulante fica retificado para o valor de R\$ 12.375,01 => R\$ 17.375,00 – R\$ 4.999,99 (pagamento parcial realizado pela recuperanda).

3. Resultado do Parecer

Em vista dessas considerações, acolhe-se em parte a divergência apresentada por ARGUMENTO ASSESSORIA E PROJETOS LTDA, para reconhecer que o valor total do seu crédito em face da recuperanda é de **R\$ 12.375,01**, devendo figurar na classe quirografária, pelo que o crédito sujeito à recuperação está sendo reavaliado.

Goiânia, 07 de março de 2013.



Adm. Leonardo De Paternostro
CRA/GO 9273
Perito Administrador
ADMINISTRADOR JUDICIAL